UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
LICENCIATURA EM HISTÓRIA

LÍVIA DE MORAIS PEREIRA

PERTENCIMENTO E ENSINO DE HISTÓRIA LOCAL: ANÁLISE DAS PRODUÇÕES DO ENCONTRO NACIONAL PERSPECTIVAS DO ENSINO DE HISTÓRIA (2012-2021)

PONTA GROSSA
2025

LÍVIA DE MORAIS PEREIRA

PERTENCIMENTO E ENSINO DE HISTÓRIA LOCAL: ANÁLISE DAS PRODUÇÕES DO ENCONTRO NACIONAL PERSPECTIVAS DO ENSINO DE HISTÓRIA (2012-2021)

Trabalho de conclusão de curso apresentado à banca examinadora da Universidade Estadual de Ponta Grossa, como parte dos requisitos necessários a obtenção do título de Licenciatura em História.

Orientador: Prof. Dr. Luis Fernando Cerri

PONTA GROSSA
2025

LÍVIA DE MORAIS PEREIRA

PERTENCIMENTO E ENSINO DE HISTÓRIA LOCAL: ANÁLISE DAS PRODUÇÕES DO ENCONTRO NACIONAL PERSPECTIVAS DO ENSINO DE HISTÓRIA (2012-2021)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado para obtenção do título de Licenciada em História na Universidade Estadual de Ponta Grossa,

Ponta Grossa, 11 de novembro de 2025.

_____
Prof. Dr. Luis Fernando Cerri – Orientador
Doutor em Educação - Universidade Estadual de Ponta Grossa

_____
Profa. Ms. Elaine Aparecida Mayer
Doutoranda em Educação
Universidade Estadual de Ponta Grossa

_____
Prof. Dr. Erivan Karvat
Doutor em História
Universidade Estadual de Ponta Grossa

Dedico ao meu maior exemplo de profissão, minha mãe, Luzia.

AGRADECIMENTOS

Quero expressar minha profunda gratidão às pessoas que foram pilares essenciais nesta jornada.

Em primeiro lugar, a minha mãe, Luzia, por seu apoio incondicional, especialmente nos momentos de crise. Sua crença e incentivo me incentivaram a alcançar conquistas que eu mesma duvidava serem possíveis. Muito obrigada pela vida!

A minha irmã, Laísa, que ofereceu apoio e me serviu de inspiração, sendo um exemplo de resiliência e força em toda a minha caminhada. Agradeço imensamente por tudo!

Aos meus amigos Eliézer, Larissa, Matheus e Sabrina, que transformaram a universidade em um ambiente mais leve. A presença constante de vocês, nos bons e maus momentos, foi fundamental. Sem vocês, nada disso teria sido possível, minha eterna gratidão!

Por fim, ao meu orientador e professor Luis Cerri, pelos valiosos ensinamentos e pelas oportunidades que me proporcionou na vida acadêmica. Serei eternamente grata pela sua confiança.

RESUMO

Este trabalho realiza uma análise das produções apresentadas nos Encontros Nacionais Perspectivas do Ensino de História entre 2012 e 2021, abordando as perspectivas teóricas e metodológicas relacionadas ao ensino de História Local. O estudo, que toma as publicações como documentos históricos de um debate acadêmico, analisa a importância dada à valorização do território, as memórias comunitárias e as experiências cotidianas na construção do conhecimento histórico, bem como à promoção do sentimento de pertencimento nos estudantes. Os textos analisados têm como premissa comum a ideia de que o ensino tradicional, centrado em grandes eventos e figuras nacionais, muitas vezes desconecta os alunos de suas realidades, prejudicando o interesse e o entendimento do passado, embora ela não esteja explícita em todos os materiais analisados. A metodologia do trabalho é de natureza qualitativa, fundamentada na análise documental e bibliográfica das produções acadêmicas relacionadas ao ensino de História Local. O estudo utilizou palavras-chave e as linhas de pesquisa dos autores para selecionar os trabalhos apresentados nos encontros nacionais mencionados (Entre 2012 a 2021), organizando-os e catalogando-os no aplicativo Zotero. A análise concentrou-se em identificar as concepções teóricas e metodológicas presentes nesses trabalhos, bem como suas influências nas práticas pedagógicas, na intenção de compreender as abordagens utilizadas, suas continuidades e transformações ao longo do tempo, além de relacioná-las com os conceitos de identidade, pertencimento e o contexto social e educacional brasileiro.

Palavras-chave: Ensino de História local; identidades sociais; estudo bibliográfico.

ABSTRACT

This study analyzes the papers presented at the Encontros Nacionais Perspectivas do Ensino de História (National Meetings on Perspectives in History Teaching) between 2012 and 2021, addressing the theoretical and methodological perspectives related to the teaching of local history. The study, which treats the publications as historical evidence of an academic discussion, analyzes the importance given to the appreciation of the territory, community memories, and everyday experiences in the construction of historical knowledge, as well as the promotion of a sense of belonging among students.The analyzed texts share the underlying idea that traditional teaching, centered on major events and national figures, often disconnects students from their realities, thereby damaging their interest in and comprehension of the past, although this idea is not explicit in every material examined. The methodology of the work is qualitative in nature, based on documentary and bibliographic analysis of academic productions related to the teaching of Local History. The study used keywords and the authors' lines of research to select the works presented at the aforementioned national meetings (between 2012 and 2021), organizing and cataloging them in the Zotero application. The analysis focused on identifying the theoretical and methodological concepts present in these works, as well as their influences on pedagogical practices, with the intention of understanding the approaches used, their continuities and transformations over time, and relating them to the concepts of identity, belonging, and the Brazilian social and educational context.

Keywords: Local history teaching, social identities, bibliographic study

SUMÁRIO

1 Introdução 4

2 Sobre conceitos e contexto 8

2.1 – O ensino de história local 10

3 O Encontro Perspectivas do Ensino de História e o ensino de história local 14

3.1 – Um panorama quantitativo 14

3.2 – Consolidação da abordagem epistemológica 17

3.3 – Currículo, política e crise 19

3.4 – Pertencimento 23

4 Conclusão 26

Referências 33

1 INTRODUÇÃO

O Ensino de História no Brasil, ao longo das últimas décadas, tem se configurado como um campo de intensa disputa e transformação, impulsionado por uma sucessão de reformas curriculares, desde a revisão dos Parâmetros Curriculares Nacionais até as diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Estes movimentos têm por objetivo a expansão da diversidade de conteúdos, o reconhecimento de narrativas plurais e a urgente aproximação do conhecimento histórico às realidades locais e ao universo dos estudantes. É fundamental reconhecer que o sistema escolar não é estático, e que avanços significativos em abordagens teóricas e metodológicas têm sido implementados por educadores, buscando formas mais inclusivas e democráticas de construção do saber.

Contudo, a efetivação dessas inovações enfrenta o déficit de infraestrutura, a sobrecarga de trabalho e a exigência de aderência a currículos centralizadores, que acabam por reforçar a reprodução de um ensino tradicionalmente conduzido. Tal modelo é centrado em grandes eventos, heróis nacionais e na periodização quadripartite, uma herança positivista e eurocêntrica que tende a apresentar a História como um saber distante, pronto e imutável. Essa estrutura gera uma profunda dissociação que, somada à alta competitividade e às múltiplas demandas informacionais da sociedade contemporânea, resulta frequentemente no desinteresse e na redução da disciplina a um conjunto de informações a serem memorizadas. Essa crise de sentido compromete, crucialmente, o potencial formativo do estudo para a construção de sujeitos críticos, conscientes e historicamente situados.

Em decorrência de um cenário contemporâneo marcado por rápidas transformações sociais, culturais, tecnológicas e políticas, as sociedades passam por constantes mudanças em suas organizações, e os processos identitários tornam-se cada vez mais fluidos. Frente a essa complexidade, a educação deve – ou deveria - assumir um papel ainda mais ativo na formação de sujeitos ativos, conscientes e críticos, de modo a superar a mera transmissão de conteúdos vistos na educação bancária (Freire, 1987). O Ensino de História, nesse sentido, deve se preocupar com o compromisso de formar cidadãos aptos a compreender os múltiplos sentidos do passado e utilizá-los para questionar o presente e futuro.

É nesse ponto que a História Local se apresenta não só como um conteúdo a ser trabalhado, mas uma metodologia pedagógica. Ao se apoiar nas experiências vividas pelos alunos, nas memórias familiares, nos espaços da comunidade e nos

acontecimentos que marcaram o território próximo, ela contribui para aproximar o conhecimento histórico do universo dos estudantes. A partir da valorização do cotidiano como fonte legítima de conhecimento, essa perspectiva tem o potencial de fortalecer o vínculo entre o saber escolar e a vida concreta, estimulando os alunos a uma postura ativa diante do processo de aprendizagem.

Adotar a História Local como estratégia educativa pode significar romper com modelos autoritários e homogêneos de ensino, reconhecendo que o conhecimento histórico pode, e deve, ser construído coletivamente, a partir das vivências e questionamentos dos próprios educandos. No entanto, a História Local também pode ser vista como uma miniatura da História Nacional, carregando seus pressupostos e limitações (Cerri, 2013) em uma lógica conservadora e de reprodução do poder local. Para evitar tal alienação, um distanciamento entre o aluno e o local, exige-se do professor um novo posicionamento: não mais o de detentor exclusivo do saber, mas o mediador de um processo que envolve escuta, pesquisa, investigação e construção partilhada de sentidos. Dessa forma, a sala de aula torna-se um espaço de diálogo entre diferentes temporalidades, narrativas e sujeitos, abrindo caminho para um ensino mais inclusivo, democrático e comprometido com a transformação social.

Esta reflexão parte, portanto, da inquietação sobre os limites do Ensino de História quando permanece preso a modelos descontextualizados e alheios às realidades dos estudantes. Tal distanciamento compromete não apenas o interesse dos alunos, mas também a possibilidade de compreenderem a História como construção social, permeada por disputas de sentido e conectada ao presente. Diante dessas condições, a História Local surge como uma alternativa para repensar o ensino, pois permite articular saberes escolares às experiências da comunidade, e estimular o protagonismo de professores e alunos na construção de conhecimento e no sentimento de pertencimento.

Este trabalho possui como objetivo analisar as vertentes temáticas e perspectivas teóricas dos autores que trabalharam o ensino de História Local nos *Encontros Nacionais de Perspectivas do Ensino de História*, realizados entre 2012 e 2021. Essa análise busca compreender a amplitude e a diversidade das abordagens teóricas presentes nesses eventos, permitindo identificar os fundamentos historiográficos e didáticos que orientam as propostas pedagógicas relacionadas ao ensino de História Local, identificando como essas discussões articulam-se com as dinâmicas do sentimento de pertencimento dos estudantes, evidenciando sua

influência no engajamento, na construção do conhecimento e no desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem. Além disso, é feita uma comparação entre as perspectivas apresentadas ao longo dos anos para identificar continuidades e transformações no debate acadêmico, situando essas discussões no contexto das mudanças sociais, educacionais e das políticas públicas brasileiras.

A temporalidade selecionada justifica-se pelo mapeamento de rupturas e continuidades do Ensino de História, que se insere na disputa por projetos políticos e pedagógicos que permearam a década. O período se inicia sob o Governo Dilma Roussef (2011-2016), marcado pela expansão de direitos e na consolidação de legislações inclusivas, como a educação em Direitos Humanos (Resolução CNE/CP nº 8/2012), que impulsionaram a valorização da diversidade nas reformas curriculares (Furlin, 2021, p. 152). Contudo, o Governo Michel Temer (2016-2019) implementou a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que em sua terceira versão “guarda estreitas relações com a tradição historiográfica que privilegia uma abordagem cronológica, linear, justaposta, do passado para o presente, quadripartite/tripartite, eurocêntrica” (Oliveira; Caimi, 2021, p. 7).

Para reforçar a reconfiguração do currículo, sob o Governo de Jair Bolsonaro (2019-2023), a disciplina foi submetida a pressões ideológicas conservadoras, que buscavam desqualificar as Ciências Humanas e impor um revisionismo histórico, afastando temas como a história dos grupos marginalizados e o debate sobre os direitos humanos, como as discussões sobre o “Movimento Escola Sem Partido” (Saraiva; Seffner, 2024, p. 4). Além da pandemia de COVID-19, que expôs a desigualdade digital e a fragilidade estrutural do ensino, e forçou um mecanismo de resistência e adaptação. O trabalho buscará, então, formar um caleidoscópio das utopias e realidades pedagógicas do Ensino de História Local na última década com base nas publicações do Encontro Perspectivas.

A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, pautada na análise documental e bibliográfica das produções acadêmicas relacionadas ao ensino de História Local, com base em palavras-chave e linhas de pesquisa dos autores, como Educação Histórica e Educação Patrimonial. O *corpus* foi composto por trabalhos apresentados nos encontros mencionados anteriormente, depois organizados e catalogados no aplicativo Zotero. A análise concentrou-se em identificar as concepções teóricas e metodológicas que fundamentam as propostas de ensino de História Local,

destacando como elas influenciam o trabalho em sala de aula e ajudam a fortalecer a identidade e o sentimento de pertencimento dos alunos.

Neste trabalho, adota-se o conceito de História Local apresentado por Toledo (2011), que a define como os modos de vida de grupos sociais inseridos em espaços construídos coletivamente:

> Nesse sentido, a história local é entendida aqui como uma modalidade de estudos históricos que, ao operar em diferentes escalas de análises, contribui para a construção de processos interpretativos sobre as diferentes formas de como os atores sociais se constituem historicamente. (Toledo, 2011, p. 9)

No primeiro capítulo, é desenvolvido o contexto educacional do Brasil e o referencial teórico que sustenta o trabalho, com a discussão do conceito de História Local a partir de autores como Barros (2022) e Toledo (2011) e de sua relação com a Aprendizagem Histórica e as práticas pedagógicas que se valem dessa abordagem a partir de Barca (2012), Rüsen (2001) e Barca, Martins e Schmidt (2011). Também são exploradas as contribuições de perspectivas como a Educação Histórica, buscando compreender de que maneira essas referências ajudam a evidenciar as possibilidades do ensino de História Local no espaço escolar.

O segundo capítulo dedica-se à análise das produções apresentadas no encontro Perspectivas, identificando os trabalhos que trataram do ensino de História Local, suas abordagens teóricas, continuidades e mudanças ao longo dos anos. Também são examinados os principais desafios apontados pelos autores, como as condições de trabalho docente, a formação continuada e o apoio institucional, bem como a defesa da História Local como ferramenta para a construção de identidade, pertencimento e cidadania.

Nas considerações finais serão retomados os objetivos da pesquisa, sintetizando os principais achados e refletindo sobre as contribuições do estudo para o campo do Ensino de História, especialmente no que se refere ao papel da História Local como recurso pedagógico capaz de influenciar o sentimento de pertencimento dos estudantes.

2 SOBRE CONCEITOS E CONTEXTO

O ensino de história como disciplina é consolidado no século XIX após a Guerra Franco-Prussiana, na qual a França saiu derrotada e com a identidade de nação questionada. Em resposta, o lugar da história dentro das escolas se estabeleceu com um papel ideológico de “formar os jovens no amor à nação” (Caire-Jabinet, 2003, p. 101 apud Martins, 2012, p. 8), e se tornou parte da estrutura do ensino brasileiro, com uma história centrada na Europa e colocada como superior aos demais povos do mundo. Surge, depois disso, uma história com moldes rígidos, que deve corresponder aos padrões europeus, com marcos, como a história quadripartite, que apenas reforçam o eurocentrismo exposto. De acordo com Goody (2008, p. 8) “o passado é conceituado e apresentado de acordo com o que aconteceu na escala provincial da Europa, frequentemente da Europa ocidental, e então imposto ao resto do mundo”, e esta ideologia fez parte de muitas produções sobre a história do Brasil.

Apesar do processo de “europeização” do ensino de História, observa-se, nas últimas décadas, um movimento de ampliação das perspectivas históricas, que tem possibilitado um avanço ao conhecimento sobre o outro e a problematização da ideia de uma narrativa única e universal. Esse deslocamento no modo de pensar a História abre espaço para abordagens que reconhecem a diversidade de experiências e vozes historicamente silenciadas. Tais formas alternativas de interpretação histórica estão ligadas à reconstrução das identidades locais, muitas vezes apagadas ou enfraquecidas durante o processo de colonização (Martins, 2012, p. 32).

No final da década de 1980, a sociedade brasileira vivia uma profunda crise com transformações sociopolíticas, e a educação foi afetada pela crise econômica, por exemplo, que diminuiu as verbas para a educação, e os professores ainda conviviam com as heranças deixadas pelo autoritarismo da ditadura, como o cerceamento de algumas atividades educacionais. O ensino de História foi atravessado por estas condições, e ainda lidar com a desarticulação entre universidades e escolas, além de estar em uma “espécie de limbo”, para a historiadora Joana Neves (1988, p.136), no qual já teria se superado o ensino tradicional, mas sem incorporar nem novos conteúdos, nem novas metodologias.

E nesse contexto, com o intuito de agir na formação continuada do professor, é organizado o I Seminário Perspectivas do Ensino de História em São Paulo, no ano de 1988. Neste ano estava em tramitação o novo Currículo Escolar de São Paulo, o

qual gerou grande debate entre professores, mídia e coordenação quanto à função da escola, seja um espaço conscientizador ou de socialização do conhecimento adquirido (Martins, 1998). A escrita do currículo de história foi o último a ser definitivo, começou em 1986 e seria terminado apenas em 1992, o que propiciou discussões durante o encontro. Hoje, o evento possui o nome de “Encontro Nacional Perspectivas do Ensino de História” e está articulado à Associação Brasileira de Pesquisa em Ensino de História (ABEH) cujo objetivo é promover o diálogo entre as diversas áreas da educação e congregar profissionais da educação de todos os níveis de escolaridade.

Ao longo de sua trajetória, o Encontro Nacional Perspectivas do Ensino de História abordou temáticas variadas, sintonizadas com os desafios que vivem os professores de História, pesquisadores da área educacional, estudantes de graduação e pós-graduação em História e profissionais vinculados à educação básica e superior. Neste trabalho serão analisados os Encontros VIII, IX, X, XI e XII, que aconteceram entre 2012 e 2021, período que diversos fatores influenciaram a educação no Brasil, especialmente as reformas do teto dos gastos - EC 95/2016 (Brasil, 2016) e trabalhista - Lei nº 13.467 de 2017 (Brasil, 2017b), o impeachment da presidente Dilma Rousseff, medidas tomadas durante o governo de Temer e Bolsonaro. A implementação da Base Nacional Comum Curricular, o crescimento de tecnologias e a pandemia da Covid-19 também tiveram um papel crucial nesse contexto.

Quadro 1 – Encontros selecionados e respectivos temas, locais e datas

Nome	Tema	Local	Data
VIII Encontro Nacional Perspectivas do Ensino de História	Ensino de História: memórias, sensibilidades e produção de saberes	Campinas, SP	2012
IX Encontro Nacional Perspectivas do Ensino de História	Questões Socialmente Vivas e o Ensino de História	Belo Horizonte, MG	2015
X Encontro Nacional Perspectivas do Ensino de História	“Da pequena para a grande roda”: encontro de saberes e poderes no Ensino de História	Porto Alegre, RS	2018

XI Encontro Nacional Perspectivas do Ensino de História	História, Memória e Projetos para o Ensino de História no Brasil	Online	2020
XII Encontro Nacional Perspectivas do Ensino de História	Ensino de História do tempo presente: dilemas e perspectivas	Online	2021

Fonte: elaborado pela autora.

O recorte selecionado para esta pesquisa se deu a partir da disponibilidade dos anais em sequência no site da ABEH[1]. Os encontros refletem diferentes momentos e demandas do campo do Ensino de História, e demonstram um compromisso com a reflexão crítica e o fortalecimento da prática docente. Os seus objetivos principais se basearam em promover o diálogo entre profissionais do Ensino de História, estimular reflexões sobre disputas políticas e sociais em contextos históricos específicos, valorizar a pluralidade de sujeitos e saberes no campo educacional e fortalecer o papel do/a professor/a diante de desafios como o cerceamento da liberdade de ensinar e os impactos das reformas neoliberais. Também se propuseram a ser espaços de balanço e construção coletiva de novos projetos, especialmente em resposta às transformações impostas pela pandemia e pelas mudanças nas políticas educacionais.

2.1 O ENSINO DE HISTÓRIA LOCAL

No Brasil, o ensino de História Local aparece desde a implementação dos Ginásios Vocacionais, em 1962, quando apresentou uma abordagem interdisciplinar entre História e Geografia, que tratava de assuntos relacionados com as realidades dos alunos, tendo contato progressivo da escola até o mundo como um todo de acordo com suas séries (Nakamura, 2016, p. 71). Embora não utilizasse o termo “história Local”, já se apresentava preocupações sobre o tema, e era utilizado como um recurso didático.

Durante a ditadura militar, o Parecer nº 853/71 reformulou parte da legislação educacional e inseriu a História Local nas disciplinas de Integração Social e Estudos Sociais. A Integração Social tinha como objetivo promover a adaptação do aluno ao

[1] Disponível em: < https://www.abeh.org.br/conteudo/view?ID_CONTEUDO=419> Acesso em 28 jul, 2025.

meio em que vivia nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental, enquanto os Estudos Sociais articulavam conteúdos de História e Geografia em uma abordagem interdisciplinar nas Séries Finais da etapa de ensino.

Com o retorno da disciplina de História aos currículos escolares e a publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) na década de 1990, o ensino de História Local ganhou uma nova caracterização no cenário educacional. Os PCNs passaram a reconhecê-lo como um eixo temático presente em toda a educação básica, “de forma que auxiliasse a construir a noção de pertencimento dos estudantes ao seu grupo social” (Schmidt, 2007).

Já na década de 2010, com a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a presença da História Local nos currículos escolares passou a ser delimitada de forma mais restrita. O documento incluiu a temática apenas nas chamadas Unidades Temáticas destinadas aos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, vinculando-a principalmente ao reconhecimento do lugar onde o estudante vive e às relações que nele se estabelecem, ainda sob a lógica de aprender o que está mais próximo, e aos poucos, o que está longe. No entanto, essa abordagem não foi estendida aos Anos Finais do Ensino Fundamental nem ao Ensino Médio.

A partir do contexto apresentado, é possível perceber que a História Local é um tema que apresenta dificuldade para ser definido, e pode sofrer variações de acordo com diferentes localidades, temporalidades e autores. No Brasil, de forma geral, foi relacionada ao conceito de lugar, em torno da história de vilarejos, bairros e cidades. Mas, além da conotação de espaço físico, ele também demonstra relações subjetivas, que constituem identidade e colaboram para o sentimento de pertença.

> O lugar, sobretudo, implica relações intersubjetivas que se integram a uma determinada objetividade. Em duas palavras, envolve identidade e estabilidade. Ambas as instâncias – a saber, de um lado a identificação, e de outro lado a dupla sensação de estabilidade que é simultaneamente assegurada por um forte sentimento de pertença e pela permanência objetiva do lugar no espaço e através do tempo – parecem produzir nas pessoas sensações diversas de apego ao ambiente construído ou natural. (Barros, 2022, p. 25)

Segundo a perspectiva historiográfica adotada por Maria Aparecida Leopoldino Tursi Toledo (2011), a História Local não se restringe aos limites físicos de uma cidade ou bairro, mas sim se constitui como uma modalidade de estudos históricos. Essa modalidade opera em diferentes escalas de análises, contribuindo para a construção de processos interpretativos sobre as diversas formas de como os atores sociais se constituem historicamente. Ela também se interessa pelos modos de viver, coletivos

e individuais, dos sujeitos e grupos sociais situados em espaços que são coletivamente construídos e representados. A localidade, nesse sentido, não é um dado pré-estabelecido (como os limites administrativos de um município), mas sim um "lugar" que adquiriu visibilidade por ser investido de significados e camadas de sentidos agregados ao espaço objetivo.

Além da definição do termo, a distinção entre História “Local” e “Regional” também gera discussões, e em muitos casos são tratados como sinônimos.

> Porque não aproveitar a riqueza da língua portuguesa, que abriga as duas expressões – “história local” e “história regional” – para definir o “regional” como aquilo que se refere ao lugar integrado a um sistema, embora dotado de sua própria dinâmica interna? A ideia de “região”, neste sentido mais específico, associa-se à noção de que temos agora um lugar que se apresenta, ele mesmo, como sistema – com sua própria dinâmica interna, suas regras, sua totalidade interna – e que habitualmente se encontra ligado ou a uma rede de outras localidades análogas, ou a um sistema mais amplo [...]
> Em contrapartida, o “Local” poderia se relacionar àquele lugar que é recortado por um problema transversal (cultural, político, por exemplo). Quando examino a literatura de cordel de certa comunidade, com vistas a compreender certa conexão entre este gênero cultural a determinados aspectos que podem ser políticos, culturais, econômicos, ligados ao imaginário ou às mentalidades, relativos a certas heranças culturais trazidas por movimentos demográficos específicos, posso estar trabalhando mais propriamente com uma História Local do que com uma História Regional (nem sempre, mas é uma possibilidade). (Barros, 2022, p.48)

O estudo da crítica aos heróis e efemérides (narrativas consagradas e míticas) é fundamentado quando se emprega a distinção de Barros entre História Regional e História Local. O autor sugere que, para a historiografia brasileira, se pode definir a História Regional como aquela que se refere ao lugar integrado a um sistema, dotado de sua própria dinâmica interna. Esta seria uma totalidade social ancorada no espaço, como uma rede comercial ou regiões econômicas. Em contraste, o estudo sobre a crítica aos heróis e efemérides se encaixa na definição de História Local, que se relaciona àquele lugar que é recortado por um problema transversal de natureza cultural, política, ou ligados ao imaginário. Nessa perspectiva, ao enfrentar uma cultura ou política local que privilegia uma abordagem cronológica e linear, ou apenas descrever o local, a metodologia utiliza o lugar para reformular generalizações redutoras ou confrontar modelos simplificadores que hierarquizam a sociedade

O estudo da História Local, partindo do seu conceito de intersubjetividade, pode ser entendido como um ponto inicial da educação histórica, pois possibilita uma abordagem teoricamente mais próxima da realidade do aluno. Ao adotar a perspectiva epistemológica de Jörn Rüsen, o estudo do local transcende a mera transmissão de

conteúdos, concentrando-se no desenvolvimento do pensamento histórico. Permite, também, uma reflexão crítica acerca do contexto social do processo de ensino-aprendizagem e se torna referência na construção de identidades individuais e coletivas, assim como no fortalecimento dos vínculos de pertencimento a determinados grupos. Os fatos objetivos, os acontecimentos do passado e do presente são adquiridos e se tornam parte do conhecimento consciente, fazendo parte da construção mental do sujeito com base na experiência de diferença no tempo, pelo fato de que “o passado é um tempo qualitativamente diferente do presente e se tornou o tempo presente” (Rüsen, 2011, p. 85).

Como forma de interpretação do mundo e de comunicação entre os sujeitos, a consciência histórica participa do processo de criação de narrativas, revela e atribui diferentes identidades às pessoas e histórias. Tais identidades históricas demonstram uma interpretação mútua entre os envolvidos, e se constituem através do reconhecimento das diferentes experiências.

> A constituição da identidade efetiva-se, pois, numa lula contínua por reconhecimento entre indivíduos, grupos, sociedades, culturas, que não podem dizer quem ou o que são, sem ter de dizer, ao mesmo tempo, quem ou o que são os outros com os quais têm a ver. (Rüsen, 2001, p. 87)

A História Local, por colocar a experiência histórica mais próxima da realidade do aluno, torna o conteúdo mais compreensível e significativo. No entanto,

> A História local precisa ser mais que o trabalho com os referenciais físicos da cidade e de sua História, que podem continuar não tendo nenhum significado para o aluno (como muitos dos temas da História nacional, que julgamos alheios), pois o local não está no espaço e sim na experiência dos indivíduos. (Cerri, 2013)

Consequentemente, se torna a estratégia mais adequada para a crítica às narrativas hegemônicas e a desconstrução da "história oficial", ao mesmo tempo em que fortalece o sentimento de identidade e pertencimento. Eles, ao lado da articulação entre o Local e o Global, permitem ao aluno situar-se no mundo e inserir-se em uma ordem de vivências múltiplas e contrapostas nos espaços nacional e internacional

.

3. O ENCONTRO PERSPECTIVAS DO ENSINO DE HISTÓRIA E O ENSINO DE HISTÓRIA LOCAL

3.1 UM PANORAMA QUANTITATIVO

O Encontro Nacional Perspectivas do Ensino de História consolida-se como um fórum de debates acadêmicos e pedagógicos da área no Brasil, e se tornou um espaço de trocas entre profissionais de todos os níveis de escolaridade – desde estudantes de graduação até pesquisadores de pós-doutorado e professores da Educação Básica. Desde sua criação, em 1988, possui o objetivo contínuo de promover o diálogo, estimular a reflexão crítica e fortalecer a prática docente diante dos desafios impostos pela conjuntura educacional.

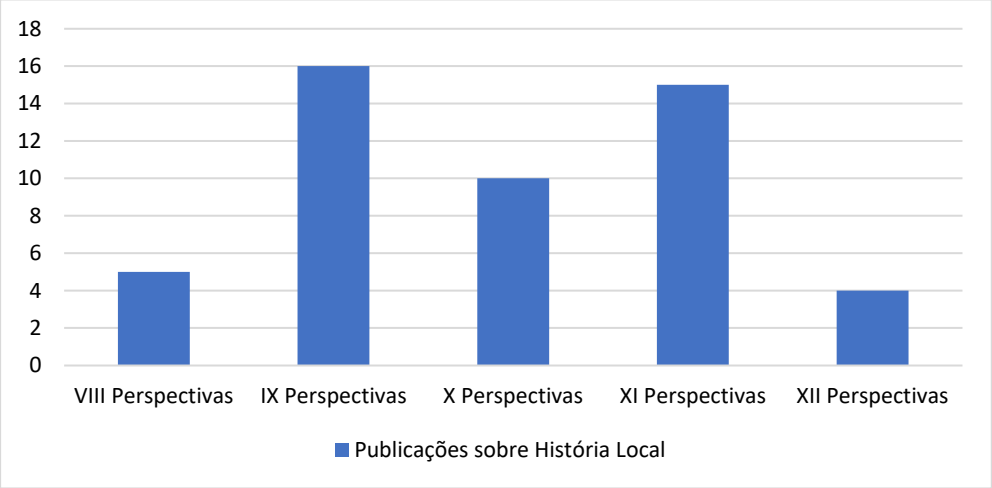
Sob esse aspecto, o Encontro Perspectivas, apresentou, nas cinco edições analisadas, grupos de discussões norteados por um tema específico e coordenados por professores universitários e da educação básica, que receberam diferentes nomes como Grupo de Trabalho (GT), Grupo de Discussão (GD) e Grupo de Reflexão Docente (GRD). Os encontros X, XI e XII contaram com GRDs temáticos ao Ensino de História Local/Regional intitulados “Ensino de História Regional: seus lugares e seus saberes”, “Experiências de História Local para um Ensino de História Pluriepistêmico” e “Sobre as possiblidades das Histórias Locais: usos do patrimônio cultural para o ensino-aprendizagem da História”, respectivamente. Mesmo com espaços próprios para o tema, muitos textos foram publicados em outros grupos, assim como nos dois primeiros encontros analisados que não receberam áreas específicas.

Para tanto, o evento tornou-se um "termômetro" das tendências, conquistas e crises que atravessam a disciplina em um dado momento, espelhando as transformações teóricas e as respostas às políticas públicas. A análise das produções de 2012 a 2021, por exemplo, revela a evolução do campo: o evento registrou desde a consolidação da Educação Histórica como referencial dominante (2012 e 2015) até as disputas políticas e ideológicas causadas pela BNCC (2018). Além disso, os encontros realizados em 2020 e 2021 – com temas focados em "História, Memória e Projetos" e "Ensino de História do tempo presente: dilemas e perspectivas" – atuaram como o palco central para as reflexões sobre os impactos da pandemia de COVID-19,

o cerceamento da liberdade de ensinar e as heranças das reformas neoliberais (EC 95/2016 e Lei nº 13.467/2017).

É crucial reconhecer que, embora a análise das publicações sobre Ensino de História Local nos anais do Encontro forneça um panorama robusto das vertentes teóricas e das transformações curriculares, este trabalho apresenta apenas um recorte das experiências totais vivenciadas na área. A amostra estudada garante a profundidade da discussão teórica e metodológica que orienta a prática docente. Contudo, essa amostra não esgota a totalidade das práticas pedagógicas; ela não inclui as inúmeras experiências não sistematizadas ou não publicadas em anais, nem as reflexões presentes em outros eventos, periódicos ou instituições.

Tabela 1 – Publicações sobre História Local



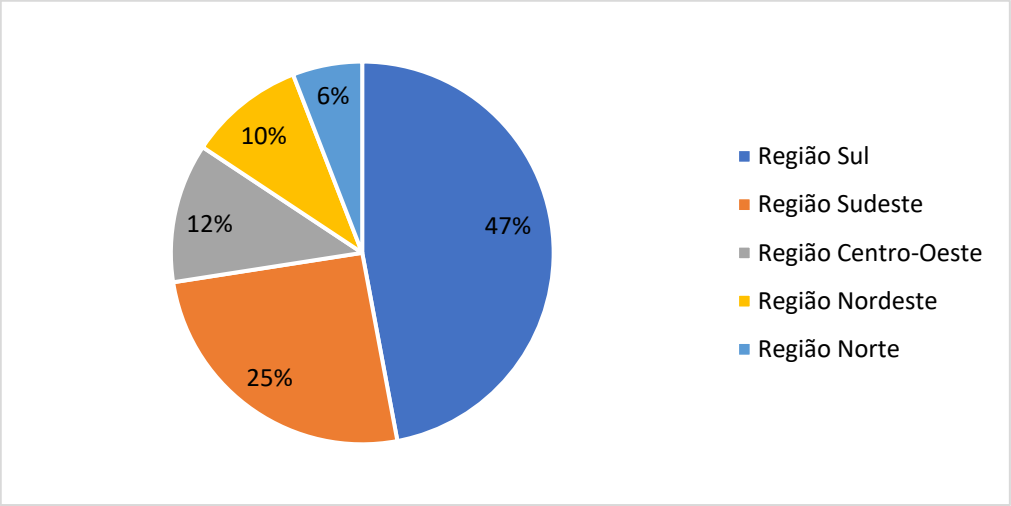
Fonte: elaborado pela autora.

Ao todo, foram selecionadas as 50 publicações disponíveis sobre o Ensino de História Local nesse corpo documental. As dinâmicas de distribuição dos trabalhos foram atrelados ao interesse acadêmico e nas respostas do campo às transformações curriculares e políticas, com uma possível compreensão da progressão temática do assunto. Como destaque aparece o IX Encontro (2015), que registrou o maior número absoluto de produções sobre o tema, com 16 publicações, em um total de 209 artigos no evento. Além disso, o evento também apresentou um pico de produção que reflete a influência do currículo, com a reafirmação dos livros didáticos nos editais do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). O aumento de trabalho também pode ser explicado em decorrência das discussões sobre o Plano Nacional da Educação, e a necessidade de conectar o ensino com a realidade do aluno, assim como a consolidação da Educação Patrimonial como um instrumento metodológico.

O primeiro encontro analisado (o VIII) apresenta o menor número de trabalhos, 5, e testemunha a influência do movimento da Educação Histórica, referenciando as autoras Maria Auxiliadora Schmidt e Marlene Cainelli, como uma consolidação da base teórica que pretendia modificar os “paradigmas de ensino/ aprendizagem” (Silva; Cainelli, 2012). Em 2018, o X Encontro contou com 10 publicações e fez crítica aos usos públicos da História, como as invenções dos heróis e das efemérides, e defesa dos “personagens silenciados”. O posicionamento destes autores está intimamente ligado à divulgação e implantação da terceira versão da BNCC, que é criticada por reforçar o modelo tradicional de ensino, centrado em grandes eventos e figuras nacionais. A História Local pode também ser vista como resistência às mudanças curriculares.

No XI Encontro, o tema da Educação Patrimonial volta ao caminho traçado em 2015 com a crítica à memória pioneira/oficial e a importância da inclusão da afro-brasileira e indígena, visando um ensino mais prazeroso e acessível através da produção de materiais didáticos. O debate do XII Encontro sofre um giro teórico mais radical com a emergência da Perspectiva Decolonial, que visa romper com a Colonialidade do Saber ao buscar uma orientação a partir do Sul (princípios suleadores) e questionar o privilégio de fontes escritas europeias, além de os materiais didáticos e tecnologias deixarem de serem facilitadores para uma resposta urgente ao isolamento social imposto pela pandemia de COVID-19.

Gráfico 1 – Localizações geográficas dos autores



Fonte: elaborado pela autora.

A partir do levantamento de dados a respeito da localização geográfica dos autores percebe-se que a região Sul demonstra uma concentração de 47% das publicações selecionadas, totalizando 24 trabalhos, e ainda, que o Paraná apresenta 15 destes, muitos dos quais estão ligados a Universidade Federal do Paraná (UFPR) e a Universidade Estadual de Londrina (UEL). A alta concentração de autores associados a universidades públicas estaduais e federais, e identificados como professores da Educação Básica, ligados à pós-graduação, ao ProfHistória ou o PIBID revela que a História Local não é apenas um tema de pesquisa teórica, mas um campo em que a produção acadêmica está intrinsecamente ligada à prática docente.

Outrossim, a diversidade geográfica dos trabalhos mostra que a História Local é utilizada para desconstruir a “história oficial” dos lugares, bem como na desconstrução da História tradicional e na necessidade de escutar os subúrbios. Os trabalhos mais recentes buscam a perspectiva decolonial contra o discurso hegemônico nacional, que é percebido como eurocêntrico, preenchendo as “lacunas” da historiografia tradicional. Além do mais, a dispersão dos autores permite contextualizar as diferentes abordagens metodológicas, mostrando sua complexidade com a articulação das particularidades regionais com o país e o mundo, e o uso de diferentes metodologias para a compreensão das pesquisas, como a História Oral.

3.2 CONSOLIDAÇÃO DA ABORDAGEM EPISTEMOLÓGICA

A base teórica para a análise das propostas de Educação Histórica nos textos é fornecida pelos principais expoentes da Didática da História. O conceito de consciência histórica é o pilar teórico central, na vertente desenvolvida por Jörn Rüsen (citado em 13 publicações), que orienta a compreensão dos fundamentos da ciência histórica e a análise da problematização do presente a partir do passado. No contexto brasileiro, essa abordagem é operacionalizada e contextualizada pelas pesquisadoras Maria Auxiliadora Schmidt (16 citações) e Marlene Rosa Cainelli (citada em 10 textos), cujos trabalhos estabelecem as bases para o desenvolvimento do pensamento histórico nos estudantes. A discussão sobre o saber histórico escolar, as propostas curriculares e a inserção da História Local encontram seu principal referencial em Circe Maria Fernandes Bittencourt (18 citações). E ainda, Flávia Eloisa Caimi (7 citações) contribui com o estudo sobre a formação docente e o uso crítico de fontes em sala de aula.

Para fundamentar a análise do pertencimento, das identidades sociais e da crítica aos usos tradicionais do passado, o estudo mobiliza a teoria da memória e da História Cultural. O conceito de Memória Coletiva de Maurice Halbwachs (8 citações) é fundamental para compreender as lembranças do passado como um fenômeno social. Essa perspectiva é enriquecida pela crítica às representações oficiais da História, o autor Jacques Le Goff (citado em 7 artigos) fornece o arcabouço para a crítica aos monumentos e às efemérides como "instrumento de poder". Por sua vez, Michel Pollak (citado em 6 publicações) é referenciado para o debate sobre "Memória, Esquecimento, Silêncio", possibilitando a análise das narrativas dos grupos silenciados e as disputas por identidade que constituem a própria História Local.

A Didática da História foi articulada com o Ensino de História Local para o desenvolvimento do pensamento histórico e da consciência histórica, representada principalmente nos conceitos de Jörn Rüsen, que preconiza que o conhecimento do passado, por meio da sua interpretação, deve servir como referência para a compreensão do presente e oferecer contribuições para o futuro, utilizaria a História Local como ferramenta, já que coloca a experiência histórica mais próxima da realidade do aluno, tornando o conteúdo mais compreensível e significativo.

Essa articulação se dava pela prática investigativa, na qual o aluno era instigado a se tornar um agente pesquisador e sujeito ativo na produção do saber histórico escolar. O pensamento histórico era desenvolvido ao se permitir que os alunos analisassem as continuidades e descontinuidades históricas e estabelecessem relações entre acontecimentos em diferentes tempos e espaços. Ao participar da construção do conhecimento, o aluno podia alcançar a significância histórica, utilizando a História Local para localizá-lo temporal e geograficamente.

Ademais, a História Local era o instrumento utilizado para a crítica social e política, visando o desenvolvimento da consciência crítica. Os trabalhos buscavam superar a difusão das memórias públicas hegemônicas, que são frequentemente vinculadas a "mitos de fundação, efemérides e biografias heroicas" (Miranda 2007, apud Melo, 2020, p. 8). O estudo do local, que incluía a análise de monumentos, como o "Marco Zero", em São Paulo, abordado por Balaguer (2015, p. 1) e a crítica à "invenção do herói moderno", como Pedro Ludovico, em Minas Gerais, citado por

Ribeiro (208, p. 378), permitia que o aluno desenvolvesse a capacidade de refletir acerca do sentido da realidade social.

3.3 CURRÍCULO, POLÍTICA E CRISE

A implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), homologada durante o Governo Temer, gerou intensa tensão no campo do Ensino de História, e ela foi refletida nos trabalhos apresentados no X Encontro Nacional Perspectivas do Ensino de História em 2018. A principal crítica que emerge dos debates acadêmicos é que a BNCC, ao invés de inovar, guarda estreitas relações com a tradição historiográfica que privilegia uma abordagem cronológica, linear e justaposta, bem como eurocêntrica, ao eleger eventos e personagens considerados importantes para a história do ocidente. Essa estrutura curricular imposta é vista como um fator de regulação externa que define rigidamente o que, como e quando o conteúdo será ensinado, e os pesquisadores demonstraram suas reações ao focar na crítica radical à História Oficial expondo como as datas cívicas e os grandes feitos são instrumentos de propaganda, utilizados pelas forças hegemônicas para consolidar uma memória coletiva e ocultar a divisão e fragmentação social (Linhares; Remedi, 2018, p. 400).

Mesmo com os avanços teórico-metodológicos consolidados pela pesquisa historiográfica, o modelo da BNCC reforça as antigas tradições adotando habilidades de menor complexidade cognitiva (como identificar e descrever), simplificando o conhecimento histórico e desestimulando a reflexão. Em contraste, a comunidade acadêmica de 2018 defendia que a pesquisa em História deve partir de um princípio de investigação que visa a emancipação do indivíduo e a compreensão das contradições do processo histórico. A História Local, nesse contexto, era empregada para confrontar a história ensinada pela hegemonia, buscando refletir sobre as "memórias subterrâneas", aos sujeitos que foram marginalizados na história oficial, e portanto, um espaço de reflexão crítica.

Os trabalhos apresentados nos Encontros Perspectivas de 2020 e 2021 abordaram as pressões ideológicas conservadoras, embora nem sempre as nomeando diretamente, por meio de uma defesa categórica da História Local como ferramenta de resistência e descolonização contra narrativas gloriosas e homogeneizantes. A análise proposta por Saraiva e Seffner (2024, p. 7) sobre a

extrema direita buscar transformar o ensino de História em um "romance nacional" que promove uma versão linear, gloriosa, patriarcal e branca, encontra nos textos o seu principal contraponto metodológico e epistemológico.

Para isso, os autores articularam a História Local como um recurso a esse revisionismo ideológico ao insistir na necessidade de expor a multiplicidade de vozes e os conflitos sociais. A História Local era defendida como um instrumento para fazer "defeitos nessas memórias" que se tornaram oficiais, monumentalizadas e cristalizadas (Albuquerque Jr, 2012, apud Mayrinck, 2020, p. 2), uma vez que a história, em sua constituição crítica, deve guardar os rastros e dívidas que não devem ser esquecidas ou apagadas da memória. Muitos trabalhos tinham um caráter humano e reparador, focando em grupos marginalizados e histórias silenciadas. Por exemplo, a pesquisa sobre o bairro suburbano de Pirajá, em Salvador (2020), objetivou suprir a lacuna da historiografia baiana sobre os locais suburbanos da cidade (Sena, 2020, p. 2). Em Jacarezinho (PR), o objetivo era fazer emergir memórias subterrâneas e novos sujeitos históricos, confrontando o silenciamento e o apagamento da cultura indígena pelas narrativas de pioneirismo, guiadas pelo ideal do progresso (Mayrinck, 2020, p. 5).

A História Local foi intensamente defendida como uma forma de valorizar a história dos grupos marginalizados em contraposição ao revisionismo histórico, culminando na emergência da perspectiva decolonial no XII Encontro (2021). O trabalho decolonial propõe ouvir as memórias contra hegemônicas, principalmente de comunidades periféricas, e questionar a historiografia tradicional que se baseia principalmente em fontes escritas, silenciando outras perspectivas. Além disso, a abordagem de "Histórias Difíceis" se manifestou como uma resistência direta a essas tentativas. O projeto "Site Ditadura em Curitiba" (Silva, 2021, p. 2) é um exemplo, pois abordou a Ditadura Civil-Militar em um contexto local onde houve um apagamento das marcas da repressão, refutando a falsa ideia de que a cidade não teve relevância histórica nesse período. A adoção desses referenciais críticos e dessas temáticas controversas reitera o posicionamento da História Local como um campo de luta em oposição ao romance nacional imposto pela direita.

As mudanças metodológicas impostas pela pandemia de COVID-19, evidentes nos trabalhos do XI Encontro e XII Encontro, centraram-se na adaptação forçada para

o ambiente digital e no uso intensivo das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC's) como principal meio para garantir a continuidade das atividades de ensino e pesquisa. A tecnologia, que antes era uma ferramenta para tornar o ensino mais prazeroso e acessível (como na proposta de criação de Histórias em Quadrinhos (Franceschi, 2020, p. 3), tornou-se uma necessidade operacional e uma solução de continuidade para a pesquisa e o vínculo com a comunidade. Um trabalho de 2021, por exemplo, afirma explicitamente que o formato virtual do Blog "Memórias do CETS" em Santo Amaro/BA (Pimenta, 2021, p. 12) foi gestado como alternativa de acesso e colaboração no contexto de isolamento social, como medidas de contenção à pandemia da COVID-19, e representa uma adequação ao ensino remoto e híbrido propostas alternativas do período pandêmico. Essa adaptação incluiu não apenas a criação de blogs e memoriais digitais, mas também a utilização de ferramentas 3D para a representação de patrimônios em ruínas (Araujo, 2021, p. 3) e o uso de aplicativos como o Formulário Google para a coleta remota de narrativas e memórias de ex-alunos, garantindo que o trabalho de pesquisa de campo e história oral pudesse prosseguir apesar do distanciamento social.

Nesse contexto, a BNCC é reconhecida como um documento que propõe habilidades mínimas e que favorece o uso de TDICs, mas é criticada por reforçar a tradição historiográfica que privilegia uma abordagem cronológica, linear, o que leva à redução do espaço da História Local nos currículos mais avançados. Os trabalhos de 2021, especialmente aqueles baseados na perspectiva decolonial, manifestaram uma clara resistência a qualquer forma de conteúdo fechado ou simplificado, combatendo a "colonialidade do saber" que privilegia a visão eurocêntrica e a história única e homogênea. A defesa da História Local como meio de valorizar as histórias silenciadas e as comunidades periféricas (como Pirajá ou o Educandário Nogueira de Faria) e o foco em "Histórias Difíceis" como a Ditadura Civil-Militar em Curitiba são metodologias que se opõem diretamente à lógica de um currículo essencializado que busca a unidade e a glorificação da nação, pois buscam desmantelar as memórias que se tornaram oficiais.

Essa análise demonstra que a centralidade da História Local como instrumento de crítica às narrativas hegemônicas e de construção da identidade/pertencimento do aluno permaneceu durante todo o período de 2012 a 2021, mesmo com instabilidade, novas ferramentas e mudanças de referenciais teóricos. Essa permanência é

observada, primeiramente, na persistente utilização da História Local como crítica à História Oficial. Desde os primeiros trabalhos (2012), foi defendida como um meio de expor as "memórias" que se tornaram oficiais, monumentalizadas e cristalizadas, confrontando a "visão tradicional de história" e desconstruindo o ideal de "terra do progresso" ou a narrativa pioneira. Nos trabalhos mais recentes (2021), essa crítica muda sua base para a perspectiva decolonial, mas a finalidade permanece a mesma: expor as contradições e as memórias subterrâneas silenciadas pela historiografia de matriz eurocêntrica.

Adicionalmente, a temática reforçou sua centralidade ao cumprir a finalidade do ensino de História previsto nos Parâmetros Curriculares Nacionais (1997), que é a constituição da noção de identidade. A História Local possibilita ao aluno situar-se em sua localidade e reconhecer-se como sujeito social, ativo e responsável em seu meio, estabelecendo relações entre identidades individuais e coletivas. Essa preocupação permeou consistentemente todos os Encontros, desde a busca por memórias no subúrbio carioca em 2012 até a busca por "princípios suleadores para o empoderamento identitário em uma comunidade periférica" em 2021. Por fim, a Articulação entre o Local e o Global se manteve como um desafio metodológico constante para evitar que a História Local se tornasse uma História Nacional "miniaturizada". Assim, a História Local garantiu a função primária do Ensino de História – resgatar as "histórias não contadas" e promover o apreço pelo conhecimento histórico – em meio às mudanças curriculares, sociais e tecnológicas.

Já acerca das transformações, a principal observada reside na mudança teórica e metodológica da História Local, impulsionada pela consolidação de programas de formação e pela urgência de atender a demandas sociais, culminando na digitalização das práticas em resposta à crise da pandemia. O período iniciou com a consolidação institucional da Educação Patrimonial e da História Oral como ferramentas para a História Local, visando primordialmente a articulação da identidade do aluno e o cumprimento de leis de inclusão (como as Leis n° 10.639/03 e n° 11.645/08) que exigiam o estudo das culturas afro-brasileira e indígena. Os trabalhos focavam na superação do eurocentrismo e na crítica às narrativas oficiais, defendendo o tema como essencial para a formação da cidadania e para que o aluno se reconhecesse como sujeito histórico. A partir da metade do período, a crítica se intensificou, exigindo

não apenas a inclusão, mas a desconstrução da narrativa hegemônica e do mito do herói fundador.

No final desse intervalo deu-se a emergência da utilização do referencial decolonial e na adaptação tecnológica. A BNCC, ao ser implementada, foi criticada por ter "resquícios da Teoria dos Círculos Concêntricos" que confinariam a História Local às séries iniciais, levando à necessidade de uma ruptura mais profunda. O referencial decolonial surgiu com o propósito de desconstruir a colonialidade do saber, questionando a prioridade das fontes escritas de matriz europeia e buscando uma orientação a partir do Sul, com foco no empoderamento identitário de comunidades periféricas. Paralelamente a essa radicalização teórica, a crise da COVID-19 impôs uma mudança metodológica drástica, forçando a produção de materiais didáticos para o ensino remoto e híbrido, o que resultou na proliferação de produtos digitais como sites temáticos, blogs e memoriais virtuais, garantindo a continuidade da pesquisa e do vínculo com a comunidade durante o isolamento.

3.4 PERTENCIMENTO

Nas fontes analisadas o pertencimento é tratado como um conceito ligado à identidade, à localização social e às relações afetivas. Também é frequentemente articulado dentro do arcabouço da Educação Histórica, onde é o resultado prático da formação da Consciência Histórica do aluno. Jörn Rüsen postula que a consciência histórica relaciona o ser (identidade) e o dever (ação) em uma narrativa significativa, tornando o presente inteligível e confirmando uma expectativa futura. Nessa perspectiva, trabalhar a História Local busca explicitamente despertar o sentimento de pertencimento dos alunos em relação ao local onde vivem.

Esse sentimento de pertencimento é o que permite ao aluno situar-se no tempo e no espaço, sentindo-se parte da história. O pertencimento, ao lado da identidade, permite ao aluno inserir-se numa ordem de vivências múltiplas e contrapostas nos espaços nacional e internacional. Nos documentos, o pertencimento é definido como uma construção social, dinâmica e relacional, que não deve ser confundida com a essência do indivíduo ou de um grupo social, mas que se constitui em meio aos limites e conflitos da vida social. Essa natureza processual e negociada do pertencimento

exige que ele seja construído com negociações coletivas e que não esteja "congelada no tempo, fixa, imutável" (Ferreira, 2012, p. 3).

A História Local busca despertar o sentimento de pertencimento dos alunos em relação ao local onde vivem, permitindo que eles se sintam "parte da história" e se reconheçam como sujeitos sociais, responsáveis e ativos em seu meio. Esse pertencimento é o que permite ao aluno situar-se e inserir-se em uma ordem de vivências múltiplas e contrapostas nos espaços nacional e internacional. O Currículo de História de Praia Grande (SP), por exemplo, busca explicitamente construir uma identidade regional na qual o aluno se reconheça como sujeito participante da sociedade, formando educandos que se sintam pertencentes e agentes da realidade em que vivem (Almeida, 2020, p. 5).

O conceito também é profundamente entrelaçado com a dimensão afetiva e cívica. O pertencimento está associado à "topofilia", ou o elo afetivo entre a pessoa e o lugar. Os trabalhos de rememoração (em uma perspectiva benjaminiana) visam ampliar e fortalecer as relações humanas, afetivas e sensíveis dos estudantes com a cidade, atuando como uma resposta à "sensação de instabilidade" e ao "vazio" deixado pela globalização e o avanço tecnológico na vida dos indivíduos, o que gera uma crise de pertencimento. Nesses momentos, a História Local reforça a necessidade de construções de narrativas próprias e maior atenção às memórias voltadas para o contexto local.

Além disso, o pertencimento é crucial para a prática política e a resistência, especialmente quando se trata de grupos marginalizados. Ao longo do período, e de forma mais intensa com o surgimento da perspectiva decolonial em 2021, o pertencimento é defendido como base para o empoderamento identitário em comunidades periféricas. Para as comunidades quilombolas, o estudo da própria história visa a conscientização sobre sua origem, permitindo que se tornem cidadãos orgulhosos de seu pertencimento étnico-racial (Ferreira, 2015, p. 3). Nesses casos, a História Local atua para desnaturalizar a identidade e resistir à unidade imposta pelas narrativas hegemônicas, que acabam anulando a alteridade, defendendo assim a pluralidade das identidades.

O pertencimento também é enquadrado como o produto prático e estrutural da formação da Consciência Histórica do aluno, um conceito que o retira da esfera meramente psicológica do afeto individual e o posiciona no plano epistemológico e político do conhecimento histórico. Esta elevação conceitual tem sua origem na Teoria da Consciência Histórica de Jörn Rüsen, na qual a consciência histórica, ao exigir que o indivíduo estabeleça a relação dinâmica entre representações do passado, presente e futuro para dar sentido à sua existência, gera o pertencimento. Este surge, portanto, não como uma essência inata, mas como o resultado articulado dessa capacidade cognitiva, sendo o elemento que permite ao aluno situar-se no tempo e no espaço, estabelecendo as relações entre identidades individuais, sociais e coletivas. A História Local é o campo de experiência idealizado para essa construção, pois permite que o aluno se reconheça como sujeito social, responsável e ativo em seu meio.

Politicamente, a temática é uma resistência ao currículo que busca a unificação e o apagamento da diversidade. A História Local é valorizada por sua capacidade de confrontar as narrativas homogeneizantes, combatendo generalizações redutoras e modelos simplificadores. Esse pertencimento crítico, ao conferir ao aluno agência e poder de intervenção na realidade, torna-se a base para o empoderamento identitário de comunidades periféricas e grupos historicamente excluídos. Ao estudar a história do seu entorno, o aluno reconhece o papel que exerce na sociedade, sendo motivado a se envolver com causas coletivas e a exigir melhores condições de vida. Desse modo, o pertencimento se constitui em um instrumento de luta e transformação social, lutando contra a exclusão e o revisionismo histórico. Ao defender o direito de existir e de exercer a territorialidade, a História Local atua politicamente, indo além do simples ato de contar uma narrativa factual, para mobilizar conhecimentos e sensibilizar a comunidade para a injustiça histórica.

4 CONCLUSÃO

O presente trabalho se dedicou à análise sistemática das vertentes temáticas e perspectivas teóricas que abordaram o Ensino de História Local nas produções do Encontro Nacional Perspectivas do Ensino de História, abrangendo um recorte temporal estratégico que se estendeu de 2012 a 2021. O objetivo central, alcançado ao longo do Tópico 3, consistiu em ir além do mero levantamento quantitativo de temas, buscando compreender a amplitude das discussões acadêmicas e a articulação dessas propostas pedagógicas com a formação do sentimento de pertencimento do aluno em meio ao volátil contexto social, educacional e político brasileiro da última década.

A seleção desta temporalidade justifica-se por circunscrever um ciclo completo e intenso de reestruturação e crise na disciplina de História. O período de 2012 a 2021 atuou como um campo de batalha no qual se confrontaram projetos pedagógicos inovadores, anseios por uma maior democratização do saber histórico e forças políticas conservadoras que buscavam centralizar e homogeneizar o currículo nacional. A análise das publicações funciona como um termômetro historiográfico, registrando as temperaturas da produção científica em diferentes conjunturas.

O ciclo se inicia sob o Governo Dilma Rousseff (2012–2015), fase marcada por uma agenda de expansão de direitos e pela consolidação de legislações inclusivas. Este período foi crucial, pois a História vivenciava a expansão das discussões sobre as Leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08 e a educação em Direitos Humanos, exigindo que o currículo refletisse a pluralidade da sociedade. O contexto impulsionou a valorização da diversidade e das narrativas locais como estratégias de inclusão.

Esta primeira fase registrou a consolidação epistemológica do campo, que culminou no pico de interesse pela História Local no IX Encontro Perspectivas (2015). A centralidade desta abordagem deveu-se à prevalência da Educação Histórica de Jörn Rüsen como referencial teórico. O modelo rüseniano, com seu foco na formação da Consciência Histórica e na intersubjetividade, viu na História Local o campo idealizado e mais eficaz para a construção de sentidos e para o desenvolvimento da literacia histórica do aluno. O debate acadêmico, então, era focado em como traduzir essa teoria sofisticada para a prática pedagógica em sala de aula.

Contudo, este ideal teórico foi submetido a uma abrupta tensão normativa a partir de 2018 (X Perspectivas, sob o Governo Temer), com a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). A BNCC representou um choque estrutural, sendo recebida com desconfiança pelo campo do Ensino de História, pois sua estrutura, especialmente no Ensino Fundamental, tendia a privilegiar uma tradição historiográfica cronológica, linear e eurocêntrica. A análise dos artigos de 2018 demonstrou que esta imposição burocrática ameaçou o avanço metodológico conquistado, gerando uma crítica intensa. O Encontro, nesse momento, desviou seu foco: a questão deixou de ser a de como aplicar Rüsen e passou a ser a luta pela inserção política da História Local e da diversidade no novo arcabouço normativo. Os trabalhos passaram a atuar ativamente na crítica aos "usos públicos da história" e à invenção de heróis, reafirmando o compromisso da HL com os "personagens silenciados".

Finalmente, o ciclo se encerra em 2020–2021 (Governo Bolsonaro), que impôs uma ruptura metodológica e social sem precedentes, devido à crise sanitária da COVID-19 e às pressões ideológicas conservadoras que buscavam cercear a liberdade de ensino e promover o revisionismo histórico. Os Encontros realizados durante a pandemia serviram como um "teste de estresse" para o currículo. Este último período expôs a fragilidade das estruturas escolares, forçando a uma adaptação urgente para o ensino remoto emergencial. Consequentemente, a pesquisa do Perspectivas foi forçada a uma guinada metodológica, com o foco se voltando para as TDICs (Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação) e para a urgência do Ensino de História do Tempo Presente, temas que dominaram as pautas dos XI e XII Encontros.

No entanto, é necessário observar que este é apenas um recorte do estudo sobre o ensino de História Local no cenário nacional. O Simpósio Nacional de História, por exemplo, possui 61 trabalhos com a palavra “local” no título dos eventos de 2013, 2015, 2017, 2019 e 2021, seguindo o mesmo recorte temporal desta pesquisa. Suas publicações abordam diferentes localizações geográficas, e variadas formas de enfrentamento ao ensino tradicional, à história oficial e seus heróis. A análise complementa o panorama obtido pelo Encontro Perspectivas ao revelar o engajamento direto da pesquisa historiográfica e da pós-graduação nas questões curriculares e didáticas. Os simpósios temáticos da ANPUH, sobretudo após a

promulgação do Plano Nacional de Educação (PNE) em 2014, intensificaram o debate sobre a disciplina, demonstrando a necessidade de fortalecer a pesquisa em docência como uma ferramenta política de enfrentamento às ameaças à História.

A análise das 50 publicações do Perspectivas, entre 2012 e 2021 permitiu responder de forma conclusiva ao problema de pesquisa, revelando um campo de Ensino de História Local que, apesar das intensas disputas externas (BNCC, PNE, diferentes ideologias e pandemia), manteve uma função epistemológica e política inalterada ao longo da década. O Encontro, registrou, sobretudo, a perene necessidade da disciplina de se articular em torno de um conceito que garantisse sua relevância social e sua coerência didática em meio à instabilidade. O elemento que se demonstrou ser a grande permanência conceitual foi a História Local como âncora metodológica e estratégica de resistência. Mesmo com a introdução de novas ferramentas (TDICs) e a mudança dos referenciais teóricos (do Patrimonial para o Decolonial), a função essencial da História Local manteve-se constante, servindo como a principal estratégia de resistência às narrativas hegemônicas e de articulação do ensino de História. Essa permanência pode ser observada sob três perspectivas interconectadas.

A primeira perspectiva é a História Local como Crítica à História Oficial. Em todo o período analisado foi defendida como um meio heurístico de desorganizar e desmantelar as memórias que se tornaram oficiais, monumentalizadas e cristalizadas, indo contra a visão tradicional de história. Desde 2012, os estudos se dedicavam a desconstruir a memória pioneira e o ideal de "terra do progresso", bem como a crítica ao uso de monumentos como "instrumento de poder" que ditam a versão oficial (Balaguer, 2012, P. 2). Essa função crítica culmina, nos trabalhos mais recentes, na sua radicalização teórica em direção à perspectiva decolonial. A finalidade, contudo, permanece idêntica à do início do período: expor as contradições e as memórias subterrâneas silenciadas pela historiografia de matriz eurocêntrica e centralizada (Lampert, 2021, p. 7). O salto do conceito de História Local da simples complementação curricular para uma ferramenta de descolonização do currículo atesta sua vitalidade e sua adaptabilidade às urgências políticas do tempo presente.

A segunda perspectiva de permanência, e o achado central deste trabalho, reside no foco na construção de identidade e pertencimento. O pertencimento, ao

longo dos anos, é enquadrado como o produto prático e estrutural da formação da Consciência Histórica do aluno, um conceito que o retira da esfera meramente psicológica do afeto individual e o posiciona no plano epistemológico e político do conhecimento histórico. A História Local satisfaz a finalidade primordial do ensino, estabelecendo relações entre identidades individuais, sociais e coletivas. Essa necessidade de pertencimento e cidadania é satisfeita pelo estudo do local, que permite ao aluno situar-se no tempo e no espaço e reconhecer-se como sujeito social, responsável e ativo em seu meio. A preocupação permeia todos os Encontros, desde a busca por memórias no subúrbio carioca em 2012 até a busca por "princípios suleadores para o empoderamento identitário em uma comunidade periférica" em 2021.

Nesse sentido, o pertencimento se manifesta como uma ferramenta política ao ser mobilizado na disputa por narrativas e na afirmação da agência de grupos marginalizados. O pertencimento crítico é uma arma contra o currículo que busca a unificação, combatendo generalizações redutoras e modelos simplificadores. Ele confere ao aluno agência e poder de intervenção, sendo a base para o empoderamento identitário de comunidades historicamente excluídas e um instrumento de luta contra a exclusão e o revisionismo.

A terceira permanência metodológica é a constante preocupação com a articulação entre o Local e o Global. Desde os documentos mais antigos, o desafio de "situar a relação entre o particular e o geral" foi uma constante para evitar o risco de se tornar uma História "miniaturizada" que apenas repete a História Nacional em menor escala (Bechler, 2015, p. 2). A noção de escalas e da correlação entre elas permanece como desafio central para a narrativa histórica, atestando a preocupação do campo em que a História Local não seja vista como um fim em si mesma, mas como uma porta de entrada para a compreensão dos grandes processos históricos.

Apesar de todas essas permanências, a pesquisa também atestou a grande transformação no final do período. A crise da pandemia e as pressões políticas catalisaram o debate sobre o Ensino de História do Tempo Presente e a urgência da inserção das TDIC’s. Essa adaptação, no entanto, não desvirtuou a função primária da HL, mas, ao contrário, a potencializou, fazendo da História Local o elemento conceitual e metodológico que serve como âncora em meio às mudanças curriculares,

sociais e tecnológicas, mantendo sua função primária de resgatar as "histórias não contadas" e promover o apreço pelo conhecimento histórico (Barbosa, 2018, p. 1160).

Diante do exposto, percebe-se que o principal legado deste estudo reside na sua contribuição historiográfica e metateórica, ao organizar um decênio turbulento do Ensino de História (2012–2021) em eixos conceituais e políticos coerentes, servindo como um diagnóstico sobre a trajetória da História Local no Brasil. Esta pesquisa demonstrou que o conceito de História Local garantiu a coerência didática e a relevância política da disciplina em face da instabilidade curricular (BNCC), da crise política e da ruptura social (pandemia). Ao mapear a transição da consolidação epistemológica (baseada em Rüsen) para a radicalização decolonial, este trabalho oferece uma metanarrativa do campo, identificando a metodologia como o principal vetor que traduziu conceitos da Didática da História (como a Consciência Histórica e a alteridade) em práticas pedagógicas de intervenção social. O estudo, sobretudo, validou a premissa de que o Pertencimento deve ser retirado da esfera meramente psicológica e ser assumido como um instrumento epistemológico e político que confere agência ao aluno, permitindo-lhe atuar como sujeito ativo na desconstrução de narrativas hegemônicas e no empoderamento de comunidades periféricas. Esta contribuição é fundamental para subsidiar futuros projetos de formação de professores e para a resistência ativa contra o revisionismo e a homogeneização curricular.

A primeira linha de continuidade da pesquisa surge da radicalização teórica evidenciada no biênio 2020–2021, com o surgimento da perspectiva decolonial no Encontro Perspectivas. Tendo em vista que o Simpósio Nacional de História também registrou um aumento de trabalhos sobre o local, torna-se essencial investigar a tradução curricular desses novos referenciais, questionando se a proposta decolonizadora do currículo permaneceu apenas na esfera da produção acadêmica de vanguarda ou se ela, de fato, se infiltrou nas práticas da Educação Básica. Sugere-se a realização de uma pesquisa de campo, ou um estudo documental focado nos Planos de Ensino estaduais e municipais e nos livros didáticos aprovados no período pós-2021, para avaliar de que maneira a crítica ao passado eurocêntrico e a valorização das cosmovisões dos povos indígenas e quilombolas estão sendo operacionalizadas em sala de aula. É necessário verificar se a História Local está sendo mobilizada para além do resgate memorialístico, atuando como um campo de pesquisa-ação efetivo para o enfrentamento das desigualdades históricas, garantindo

que o pertencimento não seja apenas retórico, mas fundado na luta por direitos e na afirmação da agência social e política dos grupos silenciados.

A segunda linha de investigação decorre da ruptura metodológica imposta pela crise sanitária, que forçou a adaptação da História Local ao universo das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC's). A pesquisa demonstrou a urgência desse debate no final do período, mas não pôde avaliar os resultados a longo prazo dessa "digitalização forçada" da pedagogia. Futuros estudos podem analisar trabalhos sobre a prática educacional durante e imediatamente após o Ensino Remoto Emergencial (2020–2022) para responder se a História Local encontrou nas TDIC's um aliado heurístico (por exemplo, no uso de geolocalização, mapas interativos ou na digitalização de fontes primárias) ou se a tecnologia serviu apenas para replicar modelos tradicionais de ensino de forma remota. Esta investigação pode ser importante para repensar a formação de professores a partir do diagnóstico de quais práticas digitais potencializam a crítica e a construção do pertencimento, e quais simplesmente perpetuam a lógica da transmissão de conteúdos, garantindo que o futuro do Ensino de História Local não seja determinado pela ferramenta tecnológica, mas sim pelos seus objetivos epistemológicos de transformação social e engajamento cidadão.

Ao final desta análise sobre o período 2012–2021, o que emerge é a certeza de que a História Local não é uma temática periférica ou complementar, mas sim um dos eixos estruturantes da Didática da História, atuando como o vetor que garante a relevância da disciplina em tempos de crise. O pertencimento, elemento central desta investigação, revelou-se a estrutura crítica que transcende o afeto individual, configurando-se como um ato político de resistência e de empoderamento identitário contra as forças homogeneizantes do currículo e do revisionismo. Se a última década foi marcada pela luta entre a teoria e a norma, o futuro exige que a História se mantenha ancorada no local para não perder o seu sentido mais profundo: o de formar sujeitos que, ao se reconhecerem na complexidade de seu passado, sintam-se motivados e munidos de ferramentas para intervir ativamente na construção de seu futuro. Que a pesquisa sobre as "histórias não contadas", sejam elas da comunidade periférica, dos povos indígenas ou dos silenciados pela memória oficial, continue a ser o motor que impulsiona a formação de professores comprometidos com a cidadania e

com a possibilidade de uma sociedade mais justa e plural, dando continuidade ao legado crítico do Encontro Nacional Perspectivas do Ensino de História.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, M. A. S. Políticas de educação em questão: retrocessos, desafios e perspectivas. **Retratos da Escola**, [S. l.], v. 14, n. 30, p. 618–620, 2021.

ALMEIDA, Eduardo Carvalho de. Ensino de História Local: quem se importa? In: **ENCONTRO NACIONAL PERSPECTIVAS DO ENSINO DE HISTÓRIA**, 11., 2020, [On-line]. Anais... [S. l.]: Associação Brasileira de Ensino de História, 2020.

ARAUJO, Mayara. A ilha de Cotijuba (PA) a partir do educandário Nogueira de Faria (1933-1978): o Patrimônio Histórico como ferramenta didática no processo de ensino-aprendizagem da história. In: **ENCONTRO NACIONAL PERSPECTIVAS DO ENSINO DE HISTÓRI**A, 12., 2021, Belém (on-line). Anais... Belém, PA: Associação Brasileira de Ensino de História, 2021.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO DE HISTÓRIA (Brasil). **Encontros Anteriores**. [S. l.], [1988-]. Disponível em: https://www.abeh.org.br/conteudo/view?ID_CONTEUDO=419. Acesso em: 15 dez. 2024.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA (ANPUH). **Anais Simpósios ANPUH**. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: https://anpuh.org.br/index.php/documentos/anais/items/1-anais-simposios-anpuh. Acesso em: 20 out. 2025.

BALAGUER, Fábio Dias. O "Marco Zero" e os sentidos da memória pioneira: Sequência Didática de História Regional. In: **ENCONTRO NACIONAL PERSPECTIVAS DO ENSINO DE HISTÓRIA**, 9., 2015, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte, MG: Associação Brasileira de Ensino de História, 2015.

BARBOSA, Maria Rita de Jesus. Histórias não contadas: o ensino de história nas escolas de Itapagipe/MG e valorização da memória das populações negras. In: **ENCONTRO NACIONAL PERSPECTIVAS DO ENSINO DE HISTÓRIA**, 10., 2018, Porto Alegre, RS. Anais... Porto Alegre, RS: Associação Brasileira de Ensino de História, 2018.

BARCA, Isabel. Ideias chave para a educação histórica: uma busca de (inter) identidades. **História Revista**, [S. l.], v. 17, n. 1, p. 2, 2012.

BARCA, Isabel; MARTINS, Estevão de Rezende; SCHMIDT, Maria Auxiliadora (Org.). **Jörn Rüsen e o ensino de história**. Curitiba: Editora UFPR, 2010.

BARROS, José D'Assunção. História local e história regional – A historiografia do pequeno espaço. **Revista Tamoios**, São Gonçalo, RJ, v. 18, n. 2, jul.-dez. 2022.

BECHLER, Rosiane Ribeiro. Livros Didáticos de História Regional: presença em qual lugar? In: **ENCONTRO NACIONAL PERSPECTIVAS DO ENSINO DE HISTÓRIA**, 9., 2015, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte, MG: Associação Brasileira de Ensino de História, 2015.

BITTENCOURT, Circe Fernandes. Reflexões sobre o ensino de História. **Estudos Avançados**, São Paulo, p. 127-149, 2018.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CP nº 8, de 6 de março de 2012. **Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.** [S. l.: s. n.], 2012.

CERRI, Luis Fernando. Cidade e identidade: região e ensino de História. In: ALEGRO, R.C.; MOLINA, A.H.; CUNHA, M.F.; SILVA, L.H.O.. (Org.). **Temas e questões para o ensino de História do Paraná**. 2ed.Londrina: Editora da UEL, 2013, v. 1, p. 27-42. Disponível em: www.uel.br/editora/portal/pages/arquivos/temas. Acesso em: 02 nov. 2025.

COELHO, Fransuely Rocha. **História local como conteúdo de ensino**. Tocantins: Universidade Federal do Tocantins, 2024.

DONNER, Sandra Cristina. História Local: discutindo conceitos e pensando na prática. O histórico das produções no Brasil. In: **ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-RS**, 11., 2012, Rio Grande, RS. Anais... Rio Grande, RS: ANPUH-RS, 2012.

ENCONTRO NACIONAL PERSPECTIVAS DO ENSINO DE HISTÓRIA, 8., 2012, Campinas. **Ensino de História: memórias, sensibilidades e produção de saberes.** Campinas: Associação Brasileira de Ensino de História, 2012. Disponível em: https://www.abeh.org.br/conteudo/view?ID_CONTEUDO=419. Acesso em: 15 dez. 2024.

ENCONTRO NACIONAL PERSPECTIVAS DO ENSINO DE HISTÓRIA, 9., 2015, Belo Horizonte, MG. **Questões Socialmente Vivas e o Ensino de História.** Belo Horizonte, MG: Associação Brasileira de Ensino de História, 2015. Disponível em: https://www.abeh.org.br/conteudo/view?ID_CONTEUDO=419. Acesso em: 15 dez. 2024.

ENCONTRO NACIONAL PERSPECTIVAS DO ENSINO DE HISTÓRIA, 10., 2018, Porto Alegre, RS. **'Da Pequena para a Grande Roda' Encontro de Saberes e Poderes no Ensino de História.** Porto Alegre, RS: Associação Brasileira de Ensino de História, 2018. Disponível em: https://www.abeh.org.br/conteudo/view?ID_CONTEUDO=419. Acesso em: 15 dez. 2024.

ENCONTRO NACIONAL PERSPECTIVAS DO ENSINO DE HISTÓRIA, 11., 2020, [On-line]. **História, Memória e Projetos para o Ensino de História no Brasil.** [S. l.]: Associação Brasileira de Ensino de História, 2020. Disponível em: https://www.abeh.org.br/conteudo/view?ID_CONTEUDO=419. Acesso em: 15 dez. 2024.

ENCONTRO NACIONAL PERSPECTIVAS DO ENSINO DE HISTÓRIA, 12., 2021, Belém, PA. **Ensino de História do tempo presente: dilemas e perspectivas.** Belém, PA: Associação Brasileira de Ensino de História, 2021. Disponível em: https://www.abeh.org.br/conteudo/view?ID_CONTEUDO=419. Acesso em: 15 dez. 2024.

FERREIRA, Ângela Aparecida. O Estudo da História Local no Ensino de História da Escravidão Brasileira e Consciência Negra em Sala de Aula. In: **ENCONTRO**

NACIONAL PERSPECTIVAS DO ENSINO DE HISTÓRIA, 9., 2015, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte, MG: Associação Brasileira de Ensino de História, 2015.

FERREIRA, Maria Celeste. Baixada de Irajá: Educação e Patrimônio. In: **ENCONTRO NACIONAL PERSPECTIVAS DO ENSINO DE HISTÓRIA**, 8., 2012, Campinas. Anais... Campinas, SP: Associação Brasileira de Ensino de História, 2012.

FONSECA, Selva Guimarães. História local e fontes orais: uma reflexão sobre saberes e práticas de ensino de História. **História Oral**, [S. l.], v. 9, n. 1, 2012.

FRANCESCHI, Wilker Marcos. 'Entendeu ou quer que desenhe?': Um estudo acerca da possibilidade de Ensino de História Local através do desenvolvimento de histórias em quadrinhos. In: **ENCONTRO NACIONAL PERSPECTIVAS DO ENSINO DE HISTÓRIA**, 11., 2020, [On-line]. Anais... [S. l.]: Associação Brasileira de Ensino de História, 2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GOODY, Jack. **O roubo da história: Como os europeus se apropriaram das ideias e invenções do Oriente**. [S. l.]: Editora Contexto, 2008.

LAMPERT, Rodrigo Alves. O Trabalho com História Local e Princípios Suleadores para o Empoderamento Identitário de uma Comunidade Periférica. In: **ENCONTRO NACIONAL PERSPECTIVAS DO ENSINO DE HISTÓRIA**, 12., 2021, Belém (on-line). Anais... Belém, PA: Associação Brasileira de Ensino de História, 2021.

LAMPERT, Rodrigo Alves. **O Trabalho com História Local e Princípios Suleadores para o Empoderamento Identitário de uma Comunidade Periférica**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2022. Dissertação (Mestrado em Ensino de História) – Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022.

LINHARES, Aline Martins; REMEDI, José Martinho Rodrigues. História e tradição: as efemérides farroupilhas na sala de aula". In: **ENCONTRO NACIONAL PERSPECTIVAS DO ENSINO DE HISTÓRIA**, 10., 2018, Porto Alegre, RS. Anais... Porto Alegre, RS: Associação Brasileira de Ensino de História, 2018.

MARTINS, Marcel Alves. **O eurocentrismo nos programas curriculares de história do estado de São Paulo**. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2012. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

MARTINS, Maria do Carmo. A CENP e a criação do currículo de História: a descontinuidade de um projeto educacional. **Revista Brasileira de História**, v. 18, n. 36, p. 39–60, 1998.

MAYRINCK, Vanessa Fernanda. História, memória e patrimônio cultural: uma articulação entre o Ensino de História e a Educação Patrimonial no município de Jacarezinho (PR). In: **ENCONTRO NACIONAL PERSPECTIVAS DO ENSINO DE HISTÓRIA**, 11., 2020, [On-line]. Anais... [S. l.]: Associação Brasileira de Ensino de História, 2020.

MELO, Claudia Ferreira de. Memórias, histórias locais e a docência. In: **ENCONTRO NACIONAL PERSPECTIVAS DO ENSINO DE HISTÓRIA**, 11., 2020, [On-line]. Anais... [S. l.]: Associação Brasileira de Ensino de História, 2020.

NAKAMURA, M. E. F. P. Os Ginásios Vocacionais: subversões e acomodações. **Anais do ENAPHEM - Encontro Nacional de Pesquisa em História da Educação Matemática**, n. 3, 11.

NEVES, Joana. Mesa redonda III: O Ensino de História no Brasil: Balanço crítico. In: **SEMINÁRIO PERSPECTIVAS DO ENSINO DE HISTÓRIA**, 1., 1988, São Paulo. Anais... São Paulo: [s. n.], 1988.

NICOLINI, Cristiano; MEDEIROS, Kênia Érica Gusmão. Aprendizagem histórica em tempos de pandemia. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 73, 2021.

OLIVEIRA, S. R. F. de; CAIMI, F. E. Vitória da tradição ou resistência da inovação: o Ensino de História entre a BNCC, o PNLD e a Escola. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 37, 2021.

PIMENTA, Flávia Bastos. “Blog ‘Memórias do CETS’: uma metodologia das fontes históricas para o ensino da História local e os usos da memória em Santo Amaro/ BA. In: **ENCONTRO NACIONAL PERSPECTIVAS DO ENSINO DE HISTÓRIA**, 12., 2021, Belém (on-line). Anais... Belém, PA: Associação Brasileira de Ensino de História, 2021.

RIBEIRO, Miriam Bianca Amaral. Ensino de história regional e a invenção do herói: a questão dos usos públicos da história. In: **ENCONTRO NACIONAL PERSPECTIVAS DO ENSINO DE HISTÓRIA**, 10., 2018, Porto Alegre, RS. Anais... Porto Alegre, RS: Associação Brasileira de Ensino de História, 2018.

RÜSEN, Jörn. Experiência, interpretação e orientação: as três dimensões da aprendizagem histórica. In: BARCA, Isabel; MARTINS, Estevão de Rezende; SCHMIDT, Maria Auxiliadora Moreira (org.). **Jörn Rüsen e o ensino de História**. Curitiba: Editora UFPR, 2011.

RÜSEN, Jorn. **Razão histórica: teoria da história: os fundamentos da ciência histórica**. Brasília: Editora UNB, 2001.

SARAIVA, Karla; SEFFNER, Fernando. Ensinar a esquecer – ensino de história e extrema direita. **Acta Scientiarum. Education**, Maringá, v. 46, n. 1, p. e68038, 2024.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora. **O ensino da história local e os desafios da formação da consciência histórica.** In: MONTEIRO, Ana Mª F. C.; GASPARELLO, Arlete Medeiros; MAGALHÃES, Marcelo de Souza (Orgs.). Ensino de História: sujeitos, saberes e práticas. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007

SENA, Rodrigo de Souza. A história de um bairro suburbano: proposta de memorial digital sobre a história do bairro de Pirajá, Salvador-BA. In: **ENCONTRO NACIONAL PERSPECTIVAS DO ENSINO DE HISTÓRIA**, 11., 2020, [On-line]. Anais... [S. l.]: Associação Brasileira de Ensino de História, 2020.

SILVA, Giane de Souza; CAINELLI, Marlene Rosa. Narrativa histórica e história local: alcançar a significância histórica. In: **ENCONTRO NACIONAL PERSPECTIVAS DO**

ENSINO DE HISTÓRIA, 8., 2012, Campinas. Anais... Campinas, SP: Associação Brasileira de Ensino de História, 2012.

SILVA, Luiz Gabriel da. Site ‘Ditadura em Curitiba’ - História Local trabalhada por meio das TDIC’S. In: **ENCONTRO NACIONAL PERSPECTIVAS DO ENSINO DE HISTÓRIA**, 12., 2021, Belém (on-line). Anais... Belém, PA: Associação Brasileira de Ensino de História, 2021.

SILVA, Marcos Antônio da; FONSECA, Selva Guimarães. Ensino de História hoje: errâncias, conquistas e perdas. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 30, n. 60, p. 13-33, 2010.

TAVARES, Rodrigo da Costa; LOPES, Ana Caroline Rocha; LOPES, Maíza Alves. Ensino de História em tempos de crise: a pandemia e o convite à essencialização da História na aprendizagem escolar. **Revista Educação Pública**, [S. l.], v. 21, n. 38, 27 set. 2021.

TOLEDO, Maria Aparecida Leopoldino Tursi. História local, historiografia e ensino: sobre as relações entre teoria e metodologia no ensino de história. **Antíteses**, Londrina, [s. v.], [s. n.], p. 743–758, 2010.